

Resumo de notícias econômicas

08 de Outubro de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 191

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 08 OUTUBRO DE 2021

A recuperação dos investimentos, segundo o Ipea (08/10/2021)

O Estado de S. Paulo

Os investimentos mostram recuperação contínua, num movimento que se estende para todos os segmentos analisados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou 2,2% entre junho e julho, mantendo uma tendência de alta que se observa desde abril.

A comparação com 2020 mostra crescimento expressivo, sobretudo em razão do fato de a base de comparação ser muito baixa (foi o período em que a pandemia mais afetou decisões empresariais). O aumento em relação a julho de 2020 foi de 27,7%; no trimestre móvel terminado em julho, de 24,9% sobre igual período do ano passado.

Nos sete primeiros meses do ano, o aumento alcançou 24,8% na comparação com 2020. No acumulado de 12 meses até julho, os investimentos em construção, máquinas e equipamentos e pesquisa cresceram 16%.

Em julho, todos os segmentos mostraram crescimento. O consumo aparente de máquinas e equipamentos – que corresponde à produção nacional destinada ao mercado interno somada às importações – aumentou 3,9% em julho na comparação com o mês anterior.

A melhora do quadro sanitário, em razão da eficácia das medidas preventivas – como uso de máscara e restrições à concentração de pessoas – e do avanço da vacinação, estimulou fortemente os investimentos em máquinas e equipamentos, sobretudo a partir de dezembro do ano passado.

O Indicador Ipea para esse item da FBCF mostrou, naquele mês, aumento excepcional de quase 250% sobre o resultado de abril de 2020, o pior mês da série do Ipea. A base muito baixa de comparação e a retomada rápida da confiança empresarial explicam aumento dessa ordem de grandeza. Embora venha caindo desde o fim do ano

passado, o indicador de investimentos em máquinas e equipamentos continua alto. Já está acima do dado de dois anos atrás, antes da pandemia.

Na comparação com os resultados de 2019, os investimentos em construção apresentam resultados ainda mais animadores. Já são praticamente 25% maiores, sinal claro de que a crise da pandemia já foi superada.

Embora tenha diminuído depois do resultado de dezembro, um dos mais altos de toda a série iniciada em 1996, o Indicador Ipea de FBCF vem mostrando resistência até agora.

‘Refis’ para prefeituras é incluído em PEC (08/10/2021)

O Estado de S. Paulo

O relator da PEC dos precatórios na Comissão Especial da Câmara, deputado Hugo Motta, incluiu em seu parecer a possibilidade de um novo parcelamento, para municípios, de débitos previdenciários em até 240 prestações mensais.

O relatório foi apresentado ontem, quando seria votado, mas o presidente da comissão especial que analisa a PEC, Diego Andrade (PSD-MG), concedeu vista coletiva ao texto. A votação foi remarcada para o próximo dia 19. A proposta vem quatro anos depois de parcelamento semelhante ter sido implementado em uma lei de 2017, durante o governo Michel Temer. Agora, porém, é preciso uma PEC porque a reforma da Previdência de 2019 limitou o prazo dessas negociações a 60 meses.

O benefício aos municípios incluído no relatório foi originalmente proposto em outra PEC, apresentada neste ano pelo deputado Silvio Costa Filho. À reportagem, o deputado afirmou que as mudanças foram incorporadas por Hugo Motta após a construção de um acordo com aval também do governo. “Acertamos com os ministros Onyx (Lorenzoni, do Trabalho e Previdência), Bruno Bianco (AGU) e Paulo Guedes (Economia). Vai ser muito positivo para os municípios”, afirmou.

No caso das contribuições ao regime geral de Previdência Social, o parcelamento seria aceito com dívidas que venceram até 30 de setembro de 2021, ainda que em fase de execução fiscal ajuizada – inclusive as decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias e as parceladas anteriormente.

R\$ 103 bi podem ser parcelados, calcula a CNM (08/10/2021)

O Estado de S. Paulo

Em troca de apoio, os prefeitos pegaram carona na PEC dos precatórios para conseguir o parcelamento de dívidas dos municípios com a Previdência Social em até 20 anos. Estimativas da Confederação Nacional de Municípios (CNM) apontam que, no mínimo, R\$ 103 bilhões de dívidas com o INSS poderão ser parceladas.

A proposta altera a reforma da Previdência aprovada há apenas dois anos pelo Congresso. Na época, o Congresso aprovou uma trava para impedir parcelamentos de dívidas com a Previdência acima de 60 meses. Se aprovada, a PEC retira essa trava para permitir o refinanciamento da dívida. Os débitos poderão ser parcelados em condições vantajosas para as prefeituras, com redução de 40% de multas, 80% dos juros de mora e 40% dos encargos legais.

Como o assunto não tem conexão com precatórios, técnicos da área econômica batizaram a medida de mais um novo “jabuti”. O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, rechaçou qualquer comparação com “jabutis”. Segundo ele, uma PEC para o parcelamento já estava em tramitação havia seis meses e, agora, a inclusão no parecer do relator vai agilizar o processo. Ziulkoski destaca que as parcelas a serem pagas poderão ser descontadas das transferências feitas pelo governo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que serão a garantia do refinanciamento. “Os municípios não estão conseguindo pagar. Não adianta ir lá, dizer que vai cobrar”.

Diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) e especialista em contas dos governos regionais, Vilma Pinto vê com preocupação o Refis não só pelo impacto negativo nas receitas previdenciárias, mas também pelo potencial efeito nas contas públicas municipais, sobretudo se os parcelamentos ocorrerem em benefício de abertura de espaço orçamentário para gastos correntes no futuro, como salários. “A estratégia de postergar o pagamento é baseada na expectativa de que virá uma solução de cima para baixo. O risco fiscal embutido é alto”, alerta.

O parcelamento, se aprovado, valerá para dívidas vencidas até 30 de setembro de 2021 ou, no caso de municípios que têm seus regimes próprios de Previdência Social, com vencimento até 31 de dezembro de 2020.

Economistas veem desafio para retomada (08/10/2021)

O Estado de S. Paulo

Estagnada há quatro décadas, a economia brasileira está à beira de um “abismo”. A questão é saber se o País vai encontrar ou não uma saída para os seus problemas. Esse foi um ponto debatido durante o lançamento do livro do economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central – Erros do passado, soluções para o futuro (ed. Portólio-Penguin). Marcos Lisboa, presidente do Insper, e José Roberto Mendonça de Barros, ex-secretário de Política Econômica, oscilaram entre o otimismo e o pessimismo, e que foi acompanhado por uma plateia formada, entre outros, por Edmar Bacha, um dos formuladores do Plano Real; Alexandre Schwartzman, ex-diretor do BC; e Demosthenes Pinho Neto, presidente da Brasil Warrant, gestora do patrimônio da família Moreira Salles. Fernando Dantas, colunista do Broadcast.

Para Lisboa, o Brasil já está caindo no abismo; para Mendonça de Barros, ainda há esperança. Já Pastore disse temer que Lisboa “tenha razão”, mas ponderou que, como acaba de lançar um livro aos 82 anos, ainda não “jogou a toalha” e seu “coração vai com” Mendonça de Barros. “O fato de eu ter disposição de continuar no debate significa que tenho esperança”, disse Pastore, durante a transmissão ao vivo. “Não há dúvida de que o Brasil está cavando um buraco, mas acho que ainda temos chance de sair dele.”

De certa forma, no livro Pastore descreve como a economia brasileira vem cavando seu buraco, ao analisar momentos importantes da política econômica nacional, como o desenvolvimento da agropecuária, a inércia da inflação, distorções das políticas setoriais, a crise da dívida externa e o “eterno problema fiscal”. O saldo dos erros nos últimos 40 anos explicaria a estagnação do crescimento da economia do Brasil desde os anos 1980, sustenta Pastore no livro.

Ao resumir, no debate, esse saldo negativo da política econômica das últimas décadas, Pastore ressaltou que muitos dos erros foram cometidos em meio à preferência por “narrativas”, em detrimento da teoria econômica com base empírica, confirmada nos dados. Uma combinação de soluções “mágicas” e tidas como “indolores” com a ação de grupos de interesse, marcado pelo “lobby” por proteção e subsídios. É o caso, por exemplo, da explicação pela perda de competitividade da

indústria, que tira dinamismo do crescimento econômico. A ideia de que o problema está no câmbio sobrevalorizado dos últimos anos (ou seja, o dólar se manteve em baixas cotações, atrapalhando o desempenho da indústria), “não voa”, afirmou Pastore. “Hoje, estamos com o câmbio mais depreciado da história, o juro é muito mais baixo, e nossa indústria está estagnada”, afirmou o economista.

Segundo Pastore, é verdade que um câmbio mais depreciado poderia encobrir ineficiências, como o chamado “custo Brasil”, a infraestrutura precária e o sistema tributário caótico, mas não seria o caso do Brasil. O economista turco radicado nos Estados Unidos Dani Rodrik fez estudo comparativo entre países sobre isso e, disse Pastore, o Brasil não reúne nenhuma das condições descritas no trabalho para que um câmbio mais depreciado possa corrigir “assimetrias”.

Ao tratar do momento atual, Mendonça de Barros lembrou que o quadro da economia é dramático, num contexto em que a radicalização da disputa política reforça “narrativas” fantasiosas, afeitas às soluções mágicas. E a perspectiva é de piora para o ano que vem, marcado pelas eleições gerais.

O sinal de esperança, para o economista, vem do fato de que o futuro possa ser discutido nas eleições do próximo ano e de que “50% dos eleitores não querem a polarização, o que abre espaço para discutir alternativas”. “Estou esperançoso de que, com o pé no abismo, possamos ter uma janela de oportunidade para discutir com seriedade, construtivamente, como colegas, e não inimigos, o que pode ser melhor para o Brasil sair desta situação”, completou Mendonça de Barros.

Inovações na prestação de serviços (08/10/2021)

Broadcast

A Booxie é voltada à prestação do serviço de coleta dos itens, armazenagem e devolução aos proprietários. Enquanto a Guardequi é uma operadora de imóveis, asset heavy no jargão do mercado, a Booxie é uma empresa de serviços, asset light, sem a necessidade de patrimônio próprio, como o Airbnb. A Booxie tem por foco as pessoas que moram em apartamentos pequenos e sofrem com a falta de espaço. Para elas,

guardar os trecos numa caixa de 65 litros por um mês custará só R\$ 10. Se forem muitos pertences, do tamanho de um guarda-roupa, a estocagem sai por R\$ 40 por mês.

A 2Share, empresa de venda digital de multipropriedades hoteleiras, está na estrada para captar de US\$ 5 milhões a US\$ 10 milhões. O road show (apresentação) para fundos de venture capital e investidores começa esta semana.

Os recursos vão acelerar o projeto de crescimento da empresa, que prevê automação do processo de prospecção comercial, gasto com influenciadores digitais, estruturação de um shopping virtual para incorporadores e o mercado secundário para revenda de frações imobiliárias, uma agência de serviços de viagens e ainda a criação de um banco digital para fomentar o ecossistema de multipropriedade.

Concorrência no mercado da Airbnb (08/10/2021)

Broadcast

A Housi, startup criada para desbravar o mercado de moradias sob demanda, está em franco crescimento e prevê reunir em sua plataforma mais de 200 mil estúdios, apartamentos e quartos de hotel. Hoje são 130 mil. Um ano e meio atrás, só 5 mil. Detalhe: ela não é dona de um apartamento sequer.

Assim como na multinacional Airbnb, os imóveis da Housi pertencem a pessoas físicas, investidores e incorporadoras. O papel da startup é dar liquidez a essas unidades, com oferta de serviços de gestão, locação e venda, em troca de uma taxa de serviço. Por sua vez, os usuários finais podem escolher onde vão morar por semanas ou meses.

ICMS fixo sobre combustíveis divide Estados (08/10/2021)

Folha de São Paulo

Maranhão e Minas Gerais apresentaram proposta em reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para congelar, até 31 de dezembro deste ano, o preço de referência usado para a cobrança do ICMS sobre os combustíveis. O objetivo seria mitigar a alta de preços que tem afetado o bolso dos consumidores.

Mas a proposta não teve apoio da maioria dos Estados. Numa reunião tensa, com embates jurídicos, o secretário de Alagoas, George Santoro, pediu vistas da proposta para buscar conciliação nos próximos dias. A reunião teve a presença do secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal.

A maioria dos Estados prefere levar a discussão para um grupo de trabalho, sem data para apresentar resultados. Essa decisão já tinha sido acertada em reunião anterior do Comitê Nacional de Secretários Estaduais (Comsefaz), mas o Maranhão reapresentou a proposta na reunião do Confaz. Em reunião anterior, a proposta já havia tido apoio do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Roraima, segundo apurou a reportagem.

Os Estados estão sob pressão após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que incorporou o discurso do presidente Jair de Bolsonaro de que a culpa pela alta dos preços nos combustíveis é dos governadores, por causa do ICMS.

Antes de viajar para Roma, na Itália, o presidente da Câmara anunciou que vai colocar em votação depois do feriado do dia 12 de outubro uma proposta para mudar a base do cálculo do ICMS cobrado sobre os combustíveis. A mudança vai considerar a média dos preços nos últimos dois anos. Cada Estado aplicaria a sua alíquota de ICMS sobre esse preço médio.

O imposto estadual ICMS é cobrado pelo sistema de “substituição tributária”, pelo qual todo o tributo devido ao longo da cadeia é recolhido logo no início do percurso, ou seja, nas refinarias. Hoje, cada Estado define o preço de referência para recolher o imposto, chamado de Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF), atualizado quinzenalmente, modelo que retroalimenta um círculo vicioso de alta dos preços, na avaliação do presidente da Câmara e do governo, que pressionam por mudanças.

“Essa proposta do presidente Lira é oportunista, com finalidade eleitoreira para abaixar um pouco em 2022, e depois os Estados vão pagar o custo disso lá na frente”, criticou Henrique Meirelles, secretário de Fazenda de São Paulo e ex-ministro da Fazenda. Para ele, a proposta de Lira pune os Estados por um problema que é do governo federal, que vem alimentando também a elevação do dólar com incertezas fiscais. O dólar é um dos fatores que impactam os preços dos combustíveis.

Se o projeto de Lira for aprovado pelo Congresso, Meirelles prevê que o assunto vai terminar nos tribunais. Ele sugere que o governo federal tente reduzir os preços usando os impostos federais em vez de passar a conta para os Estados.

O secretário de Alagoas avalia que a maioria dos Estados entende que esse congelamento representaria benefício fiscal e, portanto, precisaria ser compensado com corte de despesa ou aumento de outros impostos para não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “Todos os Estados respondem aos tribunais de contas. Não dá para tomar uma decisão assim”, diz George. A proposta foi apresentada, segundo ele, de uma hora para outra durante a reunião do Comsefaz.

O secretário de Fazenda do Maranhão, Marcellus Ribeiro Alves, disse, por meio de sua assessoria, que a sugestão decorreu de dois fatos: permitir uma discussão mais aprofundada a partir de um caso concreto no Confaz e sinalizar que o Estado não pretende ter ganhos nominais de arrecadação em razão da Política de Paridade Internacional (PPI) da Petrobras.

Vendas no varejo registram queda de 3,1% em agosto (08/10/2021)

Broadcast

A inflação afetou o volume de vendas de supermercados e postos de combustíveis em agosto e contribuiu para que o comércio varejista brasileiro registrasse seu pior mês de agosto desde o ano 2000. O desempenho, surpreendentemente ruim, colocou viés de baixa nas projeções de analistas para o PIB deste ano.

Divulgadas pelo IBGE, as vendas do varejo recuaram 3,1% em agosto frente a julho. O resultado ficou abaixo do intervalo das projeções de analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que esperavam desde queda de 1,4% a uma alta de 2,4%. Em relação a agosto de 2020, as vendas recuaram 4,1%, a primeira taxa negativa desde fevereiro (3,9%). Seis das oito atividades pesquisadas do setor de varejo tiveram taxas negativas em agosto, frente a julho. Para Alex Agostini, economista da Austin Ratings, os destaques negativos foram as vendas de supermercados (0,9%) e de combustíveis e lubrificantes (-2,4%). Para ele, o resultado se explica pelo ambiente inflacionário. “O consumo desses produtos, alimentação e combustíveis, costuma ser feito à vista em

dinheiro. Como o mercado de trabalho ainda não conseguiu se alavancar, na situação atual de nível de renda baixa, é natural que exista esse recuo em um momento de preços altos”, acrescentando que isso pode levará o PIB abaixo do esperado.

Agosto foi um mês de pressão de preços dos alimentos, que ficaram 1,63% mais altos nos domicílios, com destaque para a batata-inglesa (19,91%), frango em pedaços (4,47%) e frutas (3,90%). Nos combustíveis, a gasolina ficou 2,8% mais cara nas bombas em agosto, refletindo reajustes de preços praticados pela Petrobras nas refinarias.

Outro destaque negativo para o varejo veio da atividade chamada “outros artigos de uso pessoal e doméstico”, com baixa de 16% em agosto. A categoria inclui grandes lojas de departamento e comércio online. De acordo com o IBGE, a atividade passou por uma acomodação em agosto, após alta de 19,1% em julho.

No varejo ampliado, que inclui veículos e materiais de construção, as vendas recuaram 2,5% em agosto ante julho. A atividade de veículos, motos, partes e peças teve variação positiva de 0,7%, enquanto material de construção apresentou recuo de 1,3%.

Lisandra Barbero, economista do Banco Original, avalia que a resultado do varejo sinaliza riscos à recuperação da atividade. “O resultado sugere que a formação bruta de capital fixo (FBCF, medida de investimentos) pode ficar fragilizada no PIB”, diz a analista.

EX-GM quer ‘salvar’ filiais abandonadas por multinacionais (08/10/2021)

O Estado de S. Paulo

Pouco mais de um mês após deixar a presidência da General Motors no Brasil e na América do Sul, o argentino Carlos Zarlenga lança no País a Qell Latam Partners (QLP), empresa focada em comprar outras empresas, principalmente subsidiárias de multinacionais que estão sendo relegadas por suas matrizes, e torná-las mais eficientes.

O executivo, que esteve à frente da GM na região por cinco anos, uniu-se a Francisco Valim, ex-presidente de empresas como Via Varejo, Net Serviços e Nextel, para liderar a unidade local da Qell Acquisition Corporation, plataforma de investimento e operações para a compra de indústrias em transformação.

Os dois empresários são cofundadores e sócios (general partners) da QLP, que terá como presidente do Conselho de Administração Barry Engle, que fundou a Qell

Acquisition em agosto de 2020. Ele também foi presidente das operações da GM na América do Sul, na América do Norte e na divisão Internacional. Antes, comandou a Ford Brasil e Mercosul. No ano passado, o grupo, com sede em São Francisco (EUA), captou US\$ 380 milhões em um IPO na Nasdaq e depois fez mais uma captação de US\$ 450 milhões. No mês passado, finalizou uma operação de fusão no valor de US\$ 3 bilhões com a Liliium, empresa alemã de mobilidade aérea elétrica.

A QLP tem escritório em São Paulo, e seu foco será a aquisição de empresas no modelo de private equity, em especial fabricantes de veículos e autopeças. Zarlenga afirma que a indústria automotiva na região, puxada pelo Brasil, envolve mais de 700 empresas, sendo cerca de 80% são de capital estrangeiro. “Apesar das projeções de crescimento do setor de 5% ao ano na próxima década, o nível de investimentos das matrizes na região está caindo.” Ele ressalta que, nos últimos anos, muitas empresas apresentam resultados financeiros voláteis e às vezes geram rentabilidade que sequer cobre o custo do capital investido.

Além disso, as companhias globais passam por uma transição de tecnologia para os modelos elétricos e, como a América do Sul deve demorar mais a entrar nesse processo, acaba ficando de lado na parte de investimentos, também em razão da volatilidade cambial local e de volumes baixos de produção.

“Há várias empresas internacionais e até nacionais procurando alternativas para os ativos que têm na América do Sul, por parcerias ou venda, e não encontram soluções. Por isso, há grupos saindo da região”, afirma Zarlenga. “Isso abre grande oportunidade para fazer aquisições, o que será de valor para os players globais que estão tentando vender seus ativos.”

Fracassa leilão de petróleo que envolvia Fernando de Noronha (08/10/2021)

O Estado de S. Paulo

No pior resultado de todos os leilões de concessão de petróleo já realizados pela ANP, somente cinco de 92 blocos oferecidos foram arrematados ontem. A arrecadação para a União foi de R\$ 37 milhões, a segunda mais baixa da história. Os riscos ambientais envolvendo duas das quatro bacias oferecidas contribuíram para o fracasso do leilão. As

áreas da Bacia Potiguar foram alvo de crítica e de ações judiciais por estarem localizadas em cima da cadeia de montanhas submersas do Arquipélago de Fernando de Noronha.

O governo amargou ontem o pior resultado de todos os leilões de concessão de petróleo já realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A 17.ª rodada de licitações de áreas exploratórias foi a que vendeu menos blocos e a que teve a segunda pior arrecadação de bônus de assinatura para a União: R\$ 37 milhões (superior apenas à realizada em 2003).

Somente cinco de 92 blocos oferecidos foram arrematados. O resultado só não foi pior porque a Shell colocou dinheiro em áreas da Bacia de Santos, onde já atua. Ainda assim, sem a concorrência da Petrobras ou de qualquer outra petrolífera, a empresa anglo-holandesa pagou o bônus mínimo, sem ágio.

“Só duas empresas participaram, num contexto de nove inscritas. É um resultado ruim”, avalia Anderson Dutra, sócio da consultoria KPMG. Entre especialistas, é consenso que as áreas oferecidas no leilão eram de risco e, por isso, menos atrativas. Além disso, a ANP sentiu a concorrência com a Petrobras, que está se desfazendo de campos de pós-sal. E ainda pesou o cenário turbulento da pandemia e da crise econômica.

Os riscos ambientais envolvendo duas das quatro bacias oferecidas – Potiguar e Pelotas – contribuíram para o fracasso do leilão. As áreas da Bacia Potiguar, em especial, foram alvo de ações judiciais por estarem localizadas em cima da cadeia de montanhas submersas do arquipélago de Fernando de Noronha – e motivaram protesto na frente do hotel da Barra da Tijuca, no Rio, onde se realizou o leilão. “A relação entre custos e benefícios para prospectar petróleo nestas fronteiras geológicas se mostrou muito alta para as empresas”, avalia Henrique Jager, pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo e Gás Natural (Inep).

Shell responde por 95% das compras e reforça papel no setor (08/10/2021)

Broadcast

A vitória no leilão de ontem consolida a Shell como a maior investidora estrangeira desse setor no País. A empresa foi a única multinacional a apresentar oferta na 17.ª rodada de licitações de áreas exploratórias. Seria a única vencedora, não fosse a

parceria com a colombiana Ecopetrol para arrematar um dos cinco blocos que levou na Bacia de Santos. Dos R\$ 37,14 milhões pagos em bônus de assinatura na concorrência, 95% saíram da Shell. “O leilão demonstra a continuidade de nossos investimentos no Brasil, que já responde por 13% da produção mundial de óleo e gás da empresa”, afirmou o presidente da Shell Brasil, André Araujo, em comunicado após o leilão.

Na produção de petróleo e gás, ela já está na frente das concorrentes estrangeiras. É a segunda maior produtora de petróleo no Brasil, só atrás da Petrobras. Extrai 466 mil barris de óleo equivalente por dia (boe/d), comparados aos 2,8 milhões da estatal. Essa dianteira foi assumida em 2018, com a compra da britânica BG, líder mundial em gás natural. O gás está no centro da estratégia da petrolífera anglo-holandesa para fazer frente à transição energética. A Shell usará boa parte do gás que vai extrair do pré-sal como insumo nas usinas térmicas em construção em Macaé (RJ) – um projeto de R\$ 2,5 bilhões desenvolvido com a Mitsubishi Hitachi Power e o Pátria Investimentos, operador da usina.

A visão de especialistas é de que, ao adquirir as áreas no leilão de ontem, a Shell confirmou seu projeto de integrar seus ativos no País. Isso porque os cinco blocos arrematados são próximos de outros comprados em leilões anteriores. Na Bacia de Santos, está localizado seu maior projeto no Brasil – o campo de Libra, no pré-sal, operado pela Petrobras. Ela ainda possui outros 11 ativos na região.

“Nossa experiência acumulada em Santos nos dá uma vantagem competitiva. Com o conhecimento acumulado em dez anos ou mais, fizemos uma análise técnica e econômica que nos levou à direção a que a gente foi e a testar uma área ainda pouco explorada no Brasil”, afirmou o vice-presidente da Shell Brasil, Cristiano Pinto, em entrevista à agência de notícia Epbr, após o leilão.

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)				
	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.